

Regime de informação em living labs agroecológicos universitários

Information regime of agroecological living labs in universities

Régimen de información en laboratorios vivos agroecológicos de las universidades

Liliana Glanzmann Vallejo

Doutora em Ciência da Informação

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

 <https://orcid.org/0009-0002-4990-1216> E-mail: liliana.vallejo@unirio.br

Liz-Rejane Issberner

Doutora em Engenharia de Produção

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-0570-7289> E-mail: lirismail@gmail.com

Rev. Inf. na Soc. Contemp., Natal, RN, v. 10, 2026
ISSN 2447-0198

Submetido em: 11-03-2026
Reapresentado em: 24-05-2026
Aceito em: 25-05-2026

DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2026v10n1>



RESUMO

Introdução: A crise climática e os desafios associados à segurança alimentar têm intensificado o debate sobre os limites do modelo agroindustrial e sobre a necessidade de transição para sistemas agroalimentares mais sustentáveis. A agroecologia afirma-se como uma alternativa contra-hegemônica, articulando justiça socioambiental, diversidade ecológica e inovação social. As universidades públicas ocupam posição estratégica nesse processo. *Os living labs* ou laboratórios vivos emergem como arranjos sociotécnicos orientados à construção coletiva do conhecimento em contextos reais. **Objetivo:** Analisar os fatores condicionantes e os desafios para a criação e a manutenção de um *living lab* agroecológico numa universidade pública brasileira, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **Metodologia:** a pesquisa é qualitativa, exploratória e aplicada, estruturada como estudo de caso. Foram utilizadas pesquisa bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo, com entrevistas semiestruturadas e análise de depoimentos de atores envolvidos com a agroecologia no *campus* da UFRJ. O referencial teórico-metodológico articula os conceitos de agroecologia, inovação social, *living labs* e regime de informação. **Resultados:** Os resultados evidenciam que as iniciativas em agroecologia da UFRJ são as de um *living lab*, operando como um ecossistema

informacional complexo, marcado pela diversidade de atores, ambientes informacionais e práticas colaborativas, mas atravessado por fragilidades institucionais, descontinuidades e ausência de políticas informacionais integradas. **Conclusão:** A consolidação de *living labs* agroecológicos em universidades públicas requer o fortalecimento de dispositivos institucionais e informacionais que assegurem a continuidade das ações e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a transição ecológica e a democratização do conhecimento.

Palavras-chave: agroecologia; living labs; inovação social; regime de informação; universidade pública.

ABSTRACT

Introduction: The climate crisis and challenges associated with food security have intensified the debate on the limits of the agro-industrial model and the need to transition to more sustainable agri-food systems. Agroecology has emerged as a counter-hegemonic alternative, articulating socio-environmental justice, ecological diversity, and social innovation. Public universities occupy a strategic position in this process. Living labs are emerging as socio-technical arrangements geared towards the collective construction of knowledge in real contexts. **Objective:** To analyse the conditioning factors and challenges for the creation and maintenance of an agroecological living lab at a Brazilian public university, the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). **Methodology:** The research is qualitative, exploratory and applied, structured as a case study. Bibliographic and documentary research was used, in addition to field research, with semi-structured interviews and analysis of testimonials from actors involved in agroecology on the UFRJ campus. The theoretical-methodological framework articulates the concepts of agroecology, social innovation, living labs and information regime. **Results:** The results show that UFRJ's agroecology initiatives are those of a living lab, operating as a complex informational ecosystem, marked by the diversity of actors, informational environments and collaborative practices, but crossed by institutional weaknesses, discontinuities and the absence of integrated information policies. **Conclusion:** The consolidation of agroecological living labs in public universities requires the strengthening of institutional and informational mechanisms that ensure the continuity of actions and coordination between teaching, research, and extension, contributing to ecological transition and the democratisation of knowledge.

Keywords: agroecology; living labs; social innovation; information regime; public university.

RESUMEN

Introducción: La crisis climática y los desafíos asociados a la seguridad alimentaria han intensificado el debate sobre los límites del modelo agroindustrial y la necesidad de transición hacia sistemas agroalimentarios más sostenibles. La agroecología se afirma como alternativa contrahegemónica, articulando justicia socioambiental, diversidad ecológica e innovación social. Las universidades públicas ocupan una posición estratégica en este proceso. Los living labs o laboratorios vivos emergen como arreglos sociotécnicos orientados a la construcción colectiva del conocimiento en contextos reales. **Objetivo:** Analizar los factores condicionantes y los desafíos para la creación y mantenimiento de un living lab agroecológico en una universidad pública brasileña, la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ). **Metodología:** La investigación es cualitativa, exploratoria y aplicada, estructurada como estudio de caso. Se utilizó investigación bibliográfica y documental, además de investigación de campo, con

entrevistas semiestruturadas y análisis de testimonios de actores involucrados con la agroecología en el campus de la UFRJ. El marco teórico-metodológico articula los conceptos de agroecología, innovación social, living labs y régimen de información. **Resultados:** Los resultados evidencian que las iniciativas de agroecología de la UFRJ corresponden a un living lab, operando como un ecosistema informacional complejo, marcado por diversidad de actores, entornos informacionales y prácticas colaborativas, atravesado por fragilidades institucionales, discontinuidades y ausencia de políticas informacionales integradas. **Conclusión:** La consolidación de living labs agroecológicos en universidades públicas requiere el fortalecimiento de mecanismos institucionales e informacionales que aseguren continuidad de acciones y articulación entre enseñanza, investigación y extensión, contribuyendo a la transición ecológica y democratización del conocimiento.

Palabras-clave: agroecología; laboratorios vivos; innovación social; régimen de información; universidad pública.

1 INTRODUÇÃO

Os reiterados alertas sobre as mudanças climáticas intensificaram o debate sobre o papel das ciências agrárias na crise socioambiental, bem como sobre os impactos desse processo na produção de alimentos e sobre as transformações necessárias para garantir a segurança alimentar em bases sustentáveis. De acordo com a Food and Agriculture Organization of the United Nations (2023), os sistemas agroalimentares globais permanecem altamente vulneráveis a choques provocados por eventos climáticos extremos, crises sanitárias e instabilidades econômicas, com efeitos diretos sobre os preços e o acesso a alimentos.

Entre os desafios planetários, garantir a produção de alimentos saudáveis para todos é um dos mais complexos. Isso porque é imprescindível produzir alimentos para atender a uma população crescente, bem como investir em modelos produtivos, capazes de reduzir a degradação do solo, a perda da biodiversidade e as emissões de gases de efeito estufa associadas à agricultura industrial. O Brasil, um dos maiores produtores de alimentos do planeta, convive com uma dinâmica de conflitos no campo devido à concentração fundiária histórica, à incompletude dos processos de democratização do acesso à terra e à expansão de um modelo agroexportador baseado no controle extensivo do território. Esses conflitos decorrem da sobreposição de interesses econômicos, jurídicos e políticos relacionados à terra e aos recursos naturais, afetando particularmente povos indígenas, comunidades quilombolas e outras populações tradicionais, cujos modos de vida e sistemas produtivos entram em choque com a lógica do agronegócio e da financeirização da terra.

A agroecologia se apresenta como um projeto contra-hegemônico ao modelo agroindustrial, ao propor práticas e saberes que confrontam as estruturas de poder e os padrões dominantes, abrindo espaço para formas coletivas, saudáveis e sustentáveis de organização dos sistemas alimentares (Guzman Casado; González de Molina; Sevilla Guzman, 2000). A agroecologia propõe uma racionalidade produtiva baseada na valorização dos conhecimentos locais, na justiça socioambiental, na diversidade ecológica e na promoção da saúde humana, ambiental e coletiva por meio da reconfiguração das relações entre sociedade, natureza e conhecimento (Altieri, 2012). Segundo Altieri (2012), trata-se de uma mudança filosófica, conceitual e técnica na forma como os alimentos são produzidos e comercializados, reconhecendo a alimentação como um determinante central da saúde. Isso implica um esforço coletivo de aprendizagem e inovação, em todas as etapas do processo. Essas transformações envolvem pequenos agricultores, pesquisadores, especialistas, estudantes, além de recursos financeiros, institucionais e gerenciais (Guzman Casado; González de Molina; Sevilla Guzman, 2000). Dessa maneira, a agroecologia constitui um conjunto de práticas agrícolas sustentáveis, inseridas em um projeto de sociedade que valoriza a diversidade biológica, cultural e territorial, articulando a produção de alimentos saudáveis, a prevenção de riscos socioambientais e a integração entre saberes científicos e tradicionais.

As universidades públicas têm um papel central na produção de conhecimentos estratégicos, como os agroecológicos. No entanto, sua incorporação aos currículos e às estruturas institucionais ainda é incipiente (Gliessman, 2009). Ainda assim, algumas instituições têm adotado iniciativas inovadoras, fora dos espaços disciplinares tradicionais. Entre elas destacam-se as práticas agroecológicas desenvolvidas no *campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), analisadas neste artigo à luz do conceito de laboratórios vivos. (*living labs*). É importante esclarecer, que a Rede Agroecológica da UFRJ não se autodenomina como um *living lab*, e tampouco há, reconhecimento institucional formal, com exceção do projeto MUDA, que adota essa nomenclatura. O conceito de *living lab* neste estudo constitui, portanto, uma categoria analítica, empregada para interpretar um ecossistema sociotécnico complexo que articula inovação social, produção de conhecimento, experimentação em vida real e participação de múltiplos atores ao longo da cadeia agroalimentar do *campus*.

Neste artigo, a inter-relação entre os temas apresentados é analisada a partir das seguintes indagações: Quais são os fatores condicionantes e os desafios estratégicos de um

living lab de agroecologia em uma universidade? Como o conhecimento é construído e as informações, disseminadas em um *living lab* universitário de agroecologia?

O objetivo deste estudo é identificar e analisar os principais fatores que condicionam a criação e a manutenção de um *living lab* de agroecologia na UFRJ (Vallejo, 2022). Para tanto, o estudo de caso adota a abordagem do regime de informação (RI), que envolve mapear atores, ações e interações presentes na construção do conhecimento, voltadas à agroecologia, ao longo da cadeia agroalimentar do *campus*. A identificação do *living lab* não se baseia em reconhecimento institucional formal, mas sim na análise empírica de práticas, arranjos organizacionais, fluxos informacionais e valores que estruturam esse ecossistema. Trata-se, assim, de uma identificação analítica que permite compreender a rede de agroecologia da UFRJ como um *living lab* no sentido amplo e não formalizado, sustentado por dinâmicas concretas de inovação social, coprodução de conhecimento e experimentação agroecológica.

Para alcançar o objetivo, o artigo está organizado em oito seções. A primeira corresponde a esta introdução. A segunda apresenta a metodologia utilizada. A terceira, discute a escalada da emergência climática e a crise do modelo agroalimentar dominante. A quarta seção aborda os fundamentos da agroecologia. Em seguida, aborda-se a inovação social e os *living labs*, com ênfase no contexto universitário. A sexta seção introduz o conceito de regime de informação, que fundamenta a pesquisa de campo no *living lab* de agroecologia da UFRJ. À luz do conceito de RI, a sétima seção apresenta o detalhamento metodológico e a discussão de resultados. Por fim, a oitava seção reúne as considerações finais.

2 EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E A CRISE DO MODELO AGROALIMENTAR

A agricultura brasileira vem sendo crescentemente questionada por sua vinculação ao desmatamento, à perda de biodiversidade, às emissões de gases de efeito estufa e aos impactos sobre a saúde humana e ambiental. Ao mesmo tempo, enfrenta pressões decorrentes de compromissos internacionais, como a Convenção sobre Diversidade Biológica, o Acordo de Paris e a Agenda 2030, que exigem mudanças estruturais em seus modelos produtivos. A essas exigências somam-se transformações no campo do consumo, marcadas pela ampliação da demanda por alimentos produzidos segundo critérios éticos, socioambientais, sanitários e de rastreabilidade, o que tensiona os modos dominantes de produção, circulação e legitimação dos sistemas agroalimentares (Schneider; Schubert; Escher, 2016).

Relatórios recentes das Nações Unidas indicam que o aumento médio da temperatura global pode alcançar entre 2,3 °C e 2,8 °C até o final do século, com impactos profundos sobre os sistemas ecológicos, a segurança alimentar e os regimes hídricos (United Nations Environment Programme, 2025). A agricultura ocupa uma posição estratégica, uma vez que responde por cerca de 11 % das emissões globais de gases de efeito estufa (Arcipowska *et al.*, 2025). Esse percentual se eleva quando se considera o desmatamento associado à expansão da fronteira agrícola. Ao se adotar uma abordagem sistêmica, que inclui produção, uso da terra, transporte, processamento e distribuição de alimentos, o sistema agroalimentar como um todo passa a ser responsável por aproximadamente 21 % a 37 % das emissões antropogênicas globais (Arcipowska *et al.*, 2025).

No caso brasileiro, tais impactos estão profundamente associados à forma como o agronegócio se estruturou nas últimas décadas. Trata-se de um segmento altamente globalizado e concentrado, sustentado por políticas públicas, sistemas de crédito, cadeias globais de *commodities* e regimes dominantes de produção e validação do conhecimento técnico-científico. Sua dinâmica depende de um número restrito de atores econômicos que controlam extensas cadeias agroalimentares transnacionais, orientadas pela homogeneização produtiva, pela expansão de monoculturas, pelo uso intensivo de insumos químicos e pela subordinação dos territórios, dos ecossistemas e dos agricultores às exigências do mercado internacional (Issberner; Léna, 2026).

Esse modelo agroalimentar, ao priorizar a maximização da produtividade e da competitividade global, tende a aprofundar processos de degradação ambiental, concentração fundiária, vulnerabilização de populações rurais e erosão da diversidade biológica e cultural. Essa crise estrutural do modelo de produção de alimentos inspira propostas orientadas à reorganização dos sistemas produtivos, no campo científico e político crítico, entre as quais a agroecologia se afirma como um referencial da transição ecológica.

3 DESAFIOS DA AGROECOLOGIA

No campo científico e político crítico, a agroecologia vem sendo pensada como um dos eixos centrais da transição ecológica, ao propor a reorganização dos sistemas produtivos para atender às necessidades humanas sem ultrapassar os limites planetários. Embora o uso contemporâneo do termo agroecologia remonte à década de 1970, suas práticas antecedem

essa formulação conceitual e acompanham a própria história da agricultura, especialmente nas experiências camponesas e tradicionais (Hecht, 1998).

A construção do conhecimento agroecológico ocorre em um campo marcado por disputas científicas, políticas e epistemológicas. Segundo Leff (2018), o saber ambiental não decorre de um processo linear ou espontâneo de ecologização da sociedade, mas se constitui a partir de lutas políticas e ideológicas em torno da reapropriação social da natureza, da crítica à racionalidade econômica dominante e da autogestão dos processos produtivos. Nesse sentido, a agroecologia inscreve-se em um projeto mais amplo de questionamento das bases epistemológicas da modernidade industrial.

A agroecologia é compreendida como uma ciência fundamentada em dimensões sociais, políticas, culturais, ecológicas, sanitárias e éticas (Cotrim, 2013; González de Molina; Guzmán, 2016). Seu desenvolvimento ocorre a partir da integração de conhecimentos sobre produção agrícola e conservação de sistemas naturais, por meio de abordagens interdisciplinares e transdisciplinares, que reúnem contribuições da agronomia, da ecologia e das ciências sociais. Ao mesmo tempo, ela incorpora preocupações com justiça social, ética, saúde humana e ambiental, e viabilidade econômica (Altieri, 2012). Por essas características, a agroecologia pode ser entendida como uma construção social e territorialmente situada, cuja efetivação depende das condições históricas, culturais e políticas e das condições de vida e saúde das populações envolvidas (Petersen, 2020).

A consolidação do arcabouço teórico-metodológico da agroecologia contou com a contribuição de pesquisadores pioneiros. Altieri (2012) articulou aspectos técnicos da produção com os movimentos sociais, fortalecendo seu reconhecimento científico. Gliessman (2000, 2009) destacou a natureza multidimensional do conhecimento agroecológico e a integração entre saberes científicos e populares. Sevilla Guzmán (2001) evidenciou seu caráter político e contestatário frente à agricultura industrial, relacionando-a ao campesinato e à resistência social. Caporal e Costabeber (2000, 2002a) explicitaram o sistema técnico-científico e político da Revolução Verde¹, contra o qual a agroecologia se insere, apontando seus limites e impactos socioambientais (Guzman Casado; González de Molina; Sevilla Guzman, 2000).

¹ A Revolução Verde corresponde ao conjunto de políticas e tecnologias agrícolas difundidas no período pós-Segunda Guerra Mundial, como sementes transgênicas, fertilizantes sintéticos, agrotóxicos e mecanização intensiva. Essas tecnologias visam aumentar a produtividade e o lucro, mas também aprofundaram as desigualdades sociais e geraram impactos ambientais.

O conhecimento agroecológico baseia-se em processos relacionais entre múltiplos atores e no diálogo entre saberes tradicionais, locais e científicos (Cotrim, 2013). Suas práticas envolvem produtores, consumidores, técnicos, pesquisadores e diferentes esferas governamentais, formando redes sociotécnicas complexas (Sousa, 2015). Esse modo de produzir conhecimento sustenta um modelo agroalimentar que valoriza a diversidade biológica e cultural, a agricultura familiar e camponesa, os circuitos curtos de comercialização e a ancoragem territorial, contrastando com a lógica da monocultura e da padronização tecnológica voltada para os mercados globais. Sua expansão ocorre pela formação de redes e núcleos que afirmam outras racionalidades e formas de relação com a natureza. No Brasil, ela se consolida como ciência, prática produtiva, movimento social e referência para políticas públicas (Norder *et al.*, 2016). Esse modelo expressa um projeto político de resistência às formas hegemônicas de organização do sistema agroalimentar e aos padrões de exploração socioambiental do agronegócio contemporâneo.

A pluralidade de abordagens que constituem o campo da agroecologia evidencia seu caráter multidimensional, atravessado por disputas teóricas e políticas. As abordagens sistematizadas no Quadro 1 permitem identificar convergências, como a centralidade da sustentabilidade, da justiça social e da abordagem sistêmica. Ao mesmo tempo, revelam distintas ênfases epistemológicas e metodológicas que variam desde a agroecologia como enfoque científico até sua formulação como campo transdisciplinar e projeto político.

Quadro 1 - Abordagens da Agroecologia

Autor(es)	Abordagem	Ênfase principal
Caporal; Costabeber (2000, 2002b)	Enfoque científico para apoiar a transição de modelos agrícolas convencionais para agriculturas sustentáveis	Transição agroecológica
Caporal (2009)	Integração de saberes históricos dos agricultores e conhecimentos científicos em abordagem transdisciplinar	Transdisciplinaridade
Altieri (2012)	Enfoque teórico-metodológico que adota o agroecossistema como unidade de análise	Sistêmica/ecológica
Guzman Casado; González de Molina; Sevilla Guzman (2000)	Campo de conhecimento formado por reflexões teóricas e avanços científicos de várias disciplinas	Campo interdisciplinar
Gliessman (2000)	Aplicação dos princípios da Ecologia no manejo de agroecossistemas sustentáveis	Ecológica

Fonte: elaborado pelas autoras.

Essa pluralidade reforça a compreensão da agroecologia como ciência, prática e movimento social, profundamente vinculada à justiça social, à ética e à viabilidade econômica, além de constituir uma construção social situada nos territórios (Petersen, 2020).

4 INOVAÇÃO SOCIAL E LIVING LABS UNIVERSITÁRIOS

A agroecologia pode ser compreendida como uma inovação social, na medida em que rompe com o modelo linear de inovação centrado exclusivamente em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. As inovações sociais mobilizam conhecimentos científicos e saberes populares, promovendo soluções voltadas à melhoria das condições de vida e à superação de desafios socioambientais (European Commission, 2010).

4.1 INOVAÇÃO SOCIAL

A noção de inovação social refere-se a processos coletivos de criação de soluções para problemas sociais complexos, que não são adequadamente atendidos pelo mercado ou por políticas públicas tradicionais. Ela se diferencia das inovações tecnológicas convencionais por enfatizar dimensões relacionais, participativas e transformadoras, envolvendo mudanças nos modos de organização, cooperação e produção de conhecimento, capazes de reconfigurar relações sociais e institucionais (Cajaiba-Santana, 2014; Moulaert *et al.*, 2013).

No campo acadêmico, a inovação social tem sido associada à busca por formas alternativas de produzir, circular e validar o conhecimento, capazes de tensionar a lógica disciplinar e hierárquica das universidades. Os *living labs* se destacam como arranjos sociotécnicos voltados para a coprodução de conhecimento, a experimentação em contextos reais e a participação de múltiplos atores, como pesquisadores, estudantes, gestores públicos, organizações da sociedade civil e comunidades. Esses arranjos privilegiam processos colaborativos e situados, articulando pesquisa, ação e aprendizagem social (Bergvall-Kåreborn; Ståhlbröst, 2009; Leminen, 2015).

Nos processos de inovação social, destacam-se valores éticos, responsabilidade socioambiental, empoderamento dos atores e trabalho em rede, o que reforça seu caráter normativo e político, indo além de soluções pontuais (Franzoni; Silva, 2016). Essas características aproximam a inovação social dos princípios da agroecologia, especialmente

pela inclusão de múltiplos atores, pela articulação entre distintas áreas do conhecimento e pela valorização de saberes locais e tradicionais na transformação social e produtiva.

4.2 LIVING LABS E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

A ideia de *living Lab* como ecossistema de inovação ganhou destaque a partir de 2006, com a criação da Rede Europeia de *Living Labs* (European Network of Living Labs, 2024), responsável por difundir e consolidar esse modelo. Esses ambientes se distinguem pelo caráter aberto, colaborativo e situado, pois operam em contextos reais de vida, e não em cenários controlados (Haraway, 1988). Mais do que espaços físicos, eles configuram ecossistemas, nos quais o conhecimento emerge da interação contínua entre saberes, práticas e atores. Essa dinâmica é especialmente relevante para a agroecologia, cuja base epistemológica depende do diálogo entre conhecimentos científicos e tradicionais, da experimentação local e da adaptação a contextos socioambientais específicos (Altieri, 2012; Gliessman, 2009). A caracterização de um *living lab* não exige formalização institucional. Diversos estudos reconhecem sua presença pela prática da cocriação, da experimentação em contextos reais, da participação ativa dos usuários e da produção situada de conhecimento, mesmo sem reconhecimento formal (Hossain; Leminen; Westerlund, 2019; Leminen, 2015). Essa perspectiva é particularmente pertinente no contexto universitário brasileiro, no qual muitas iniciativas de transformação social operam à margem das estruturas institucionais formais.

No contexto universitário, os *living labs* tensionam o modelo tradicional de produção de conhecimento ao aproximarem a universidade das demandas sociais e territoriais. Ao integrarem ensino, pesquisa e extensão, eles contribuem para redefinir a função social das universidades e fortalecer processos de inovação orientados para o bem comum, a sustentabilidade e a transformação social (Trencher *et al.*, 2014). Eles também estimulam práticas pedagógicas baseadas na aprendizagem experiencial, na resolução de problemas reais e na formação crítica, ampliando a articulação entre teoria e prática. Porém, a implementação de *living labs* nas universidades pode enfrentar obstáculos (Leminen, 2015), como a rigidez institucional, a fragmentação disciplinar, a falta de recursos e o baixo reconhecimento acadêmico dessas iniciativas. Esses limites se acentuam quando os *living labs*

adotam perspectivas contra hegemônicas, como a agroecologia, que questiona os fundamentos produtivos e epistemológicos do agronegócio e da agricultura industrial.

Os princípios dos *living labs* convergem com os da agroecologia, pois ambos valorizam processos colaborativos, situados e construídos com a participação de múltiplos atores. O conceito de *living lab* baseia-se na cocriação em contextos reais, com a participação de usuários, pesquisadores e demais interessados, desde a identificação dos problemas até a experimentação e avaliação. Da mesma forma, a agroecologia requer abordagens transversais, participativas e experimentais, que articulem conhecimento, prática e reflexão crítica, superando a simples inclusão de conteúdos formais (Leff, 2018; Morin, 2015).

Os princípios que orientam os *living labs* encontram-se sistematizados no Quadro 2, que explicita sua aplicação ao contexto dos sistemas agroecológicos em *campi* universitários. Esses princípios não operam de forma isolada, mas como um conjunto articulado, que sustenta a produção de conhecimento situado, socialmente relevante e comprometido com processos de transformação socioambiental.

Quadro 2 – Princípios de um *living lab* agroecológico universitário

Princípios	Aplicações no <i>campus</i>
Participação de múltiplos atores	Envolvimento de estudantes, docentes, agricultores, técnicos e comunidade
Cocriação	Desenvolvimento coletivo de práticas e soluções agroecológicas
Abordagem multi-método	Integração de ensino, pesquisa e extensão
Cenário de vida real	<i>Campus</i> como espaço de experimentação agroecológica
Envolvimento ativo do usuário	Autogestão, vivências e tomada de decisão participativa

Fonte: elaborado pelas autoras

5 O REGIME DE INFORMAÇÃO DE UM *LIVING LAB* UNIVERSITÁRIO

Para compreender a dinâmica de produção, circulação e apropriação do conhecimento em um *living lab* universitário em agroecologia, este estudo adota o conceito de regime de informação (RI), desenvolvido no campo da Ciência da Informação. Esse conceito de refere-se a um conjunto relativamente estável de atores, práticas, dispositivos, normas, discursos e relações de poder que estruturam os fluxos informacionais em um determinado contexto social (Frohmann, 1995; González de Gómez, 2012). De modo geral, o termo está associado à ideia de regras, normas e modelos que orientam e organizam as práticas sociais. Essa

dimensão semântica é relevante para a compreensão do RI, pois evidencia seu caráter estruturante e normativo, ainda que não necessariamente formalizado ou centralizado.

No âmbito das políticas internacionais, o conceito de RI abrange uma esfera ampliada de responsabilidade, que envolve governos, instituições formais, regras e práticas de entidades geopolíticas historicamente constituídas, bem como redes de organizações e atores estatais e não estatais. As decisões e os comportamentos desses atores produzem efeitos sociais significativos e demandam a formulação de programas de governança informacional, situados em contextos culturais e sociais específicos, a partir dos quais se estruturam os modos de governança e se viabiliza a governabilidade (Braman, 2004).

Ao deslocar o foco da informação, concebida como entidade abstrata para os processos materiais que a constituem, a noção de RI permite analisar como o conhecimento é produzido, legitimado, disseminado e apropriado socialmente. Essa abordagem permite identificar assimetrias de poder, disputas simbólicas e mecanismos de exclusão informacional presentes nos processos comunicacionais, evidenciando que a circulação da informação está sempre atravessada por relações sociais, políticas e institucionais. Trata-se, portanto, de um referencial adequado para investigar contextos caracterizados pela pluralidade de saberes e pela tensão entre conhecimentos hegemônicos e contra-hegemônicos.

No campo da agroecologia, os regimes de informação são atravessados por disputas epistemológicas profundas. De um lado, situam-se os regimes informacionais associados ao agronegócio, fortemente ancorados em uma racionalidade tecnocrática, na padronização produtiva e na difusão de pacotes tecnológicos. De outro, emergem regimes informacionais agroecológicos, que valorizam a contextualização do conhecimento, o reconhecimento dos saberes locais, a experimentação coletiva e a autonomia de agricultores e agricultoras (Petersen, 2020; Guzman Casado; González de Molina; Sevilla Guzman, 2000). Essas disputas extrapolam o conteúdo informacional propriamente dito e dizem respeito às formas de validação do conhecimento, aos atores socialmente autorizados a produzi-lo e às instâncias de poder que regulam sua circulação.

González de Gómez (2012, 2019) destaca que o regime de informação não se limita à infraestrutura técnica ou aos canais de comunicação, mas envolve também valores, racionalidades, dispositivos normativos e formas de governança, que orientam o que pode ser reconhecido como conhecimento legítimo. Essa compreensão amplia o alcance da análise

informacional ao articulá-la a dimensões políticas, culturais e éticas, fundamentais para a compreensão de ações voltadas à transformação social e à justiça socioambiental.

No caso das iniciativas de agroecologia da UFRJ, o conceito de regime de informação possibilita o mapeamento dos diferentes atores envolvidos, a identificação de seus papéis, práticas e interações, bem como a análise dos dispositivos informacionais que sustentam a construção coletiva do conhecimento agroecológico no *campus*, tais como reuniões, feiras, práticas pedagógicas, documentos institucionais e plataformas digitais. Ao mesmo tempo, essa abordagem evidencia os desafios para a consolidação desse regime em um ambiente universitário, fortemente orientado por lógicas disciplinares, produtivistas e hierarquizadas.

Assim, o RI pode ser compreendido como a estrutura que rege a produção, a organização e a circulação da informação em um contexto social específico, envolvendo atores, tecnologias, normas e relações de poder (Frohmann, 1995; González de Gómez; Chicanel, 2008; González de Gómez, 2019). Aplicado a um *living lab* agroecológico, o RI possibilita uma compreensão aprofundada de como o conhecimento é produzido, legitimado e disseminado no ambiente universitário, bem como dos limites, tensões e potencialidades dessa dinâmica informacional.

6 METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza aplicada, exploratória e qualitativa, conduzida por meio de um estudo de caso único e instrumental (Gil, 2002; Yin, 2015), adequado para examinar em profundidade práticas, dinâmicas e fluxos informacionais em um contexto institucional específico.

A UFRJ foi adotada como campo empírico por reunir um ecossistema agroecológico consolidado, composto por 18 grupos de agroecologia, feiras agroecológicas, ações de compostagem, projetos interdisciplinares e 11 Espaços de Convivência e Experimentação Agroecológica (ECOEAs). A articulação de iniciativas agroecológicas em um *campus* de grande escala e diversidade sociotécnica torna a UFRJ instrumental na análise de um *living lab* agroecológico. A opção por estudo de caso único também foi condicionada pelas restrições de mobilidade impostas pela pandemia de COVID-19.

Coleta de dados: ocorreu entre fevereiro e agosto de 2021, por meio da combinação de entrevistas semiestruturadas, depoimentos gravados e pesquisa documental (Lakatos;

Marconi, 1991). Para a coleta de dados, foi realizada uma amostragem não probabilística do tipo bola de neve, a partir de atores-chave identificados em um levantamento documental. Foram realizadas 11 entrevistas com os atores sociais selecionados. Os critérios de seleção incluíram: (i) envolvimento direto em iniciativas agroecológicas; (ii) representação de diferentes posições institucionais (gestores, coordenadores, técnicos, estudantes e agricultores familiares); e (iii) disponibilidade para participação. As entrevistas foram realizadas por meio de videoconferência, gravadas e identificadas por códigos alfabéticos para preservar o anonimato. Os depoimentos audiovisuais produzidos pelos grupos de agroecologia durante a pandemia foram incorporados como dados secundários. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRJ.

Pesquisa documental: abrangeu documentos institucionais públicos, além de publicações científicas, sites eletrônicos institucionais, vídeos e conteúdo de redes sociais dos grupos de agroecologia. Os critérios de seleção foram fundamentados na pertinência temática, na relação direta com as iniciativas analisadas e na disponibilidade pública.

Referencial e operacionalização das categorias: elementos teóricos provenientes da agroecologia, inovação social, *living lab* (conceituação do *campus* como espaço de experimentação sociotécnica) e regime de informação (análise de autoridade, validação e distribuição da informação). Metodologicamente, essas abordagens orientaram (i) a construção das categorias analíticas, (ii) a seleção de atores relevantes e (iii) a leitura interpretativa das dimensões normativa, epistêmica e geopolítica do regime de informação.

Operacionalização das categorias: as categorias definidas foram atores sociais, ambientes informacionais, ações informacionais, conforme apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Categorias analíticas

Categoria analítica	Definição operacional	Indicadores	Exemplos de fontes
Atores sociais	Indivíduos/coletivos envolvidos nas iniciativas	Função, vínculo, tempo de atuação, centralidade em redes	Entrevistas, listas de grupos, relatórios
Ambientes informacionais	Espaços/plataformas de troca de conhecimento	Local, frequência, formalidade da interação	ECOEAs, feiras, salas, plataformas digitais
Ações informacionais	Práticas de produção e difusão de saberes	Tipo de atividade, objetivo, público-alvo	Oficinas, feiras, materiais educativos
Dispositivos de regulação	Normas e políticas que estruturam práticas	Tipo de norma, alcance, mecanismo de aplicação	PDI, editais, regulamentos

Categoria analítica	Definição operacional	Indicadores	Exemplos de fontes
Fluxos informacionais	Trajetórias e canais da informação	Origem, mediação, destinatários, intensidade	Registros de projeto, postagens, comunicações internas
Valores sociais	Princípios que legitimam práticas	Enunciações normativas, prioridades programáticas	Discursos, documentos institucionais, entrevistas

Fonte: elaborado pelas autoras.

Procedimento analítico: adotou-se análise temática indutiva e iterativa (Braun; Clarke, 2006): leitura aprofundada do *corpus* (entrevistas, depoimentos e documentos), identificação de unidades de sentido e memos interpretativos, agrupamento em subtemas emergentes e articulação desses subtemas às categorias analíticas predefinidas. A codificação foi manual, em planilha, com extração e rotulagem de trechos; aplicou-se triangulação de fontes para validar interpretações e uma revisão por um segundo pesquisador para assegurar confiabilidade, resolvendo divergências por consenso.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADO DA PESQUISA

O conjunto de iniciativas agroecológicas do *campus* da UFRJ, segundo os dados da pesquisa, revela a configuração de um *living lab* agroecológico. Esse arranjo sociotécnico se manifesta na articulação entre os diferentes atores, práticas e dispositivos informacionais envolvidos na produção, circulação e apropriação do conhecimento agroecológico no espaço universitário. Os resultados indicam que essas iniciativas operam, por meio de processos abertos e situados, combinando experimentação prática, aprendizagem coletiva e ação política no território do *campus*. Essas características são evidentes nas entrevistas e nos documentos analisados, diferentemente do que ocorre nos laboratórios convencionais.

Sob a perspectiva do RI, o “*living lab*” da UFRJ opera a partir da interação de múltiplos atores sociais, incluindo estudantes, docentes, técnicos administrativos, agricultores familiares, movimentos sociais, consumidores e gestores institucionais. As interações entre esses sujeitos geram fluxos informacionais heterogêneos, a partir de diferentes formas de circulação do conhecimento e por relações pouco hierarquizadas. Nesse ambiente, conhecimentos científicos, saberes tradicionais e experiências práticas são compartilhados e reconfigurados continuamente, configurando um processo de produção de conhecimento

que rompe com a lógica linear de difusão de tecnologia, característica do modelo da Revolução Verde (Caporal; Costabeber, 2002b; Altieri, 2012).

A análise do “*living lab*” agroecológico da UFRJ, à luz da abordagem do RI, evidencia que o *campus* universitário opera como um ecossistema informacional complexo, no qual múltiplos atores, práticas e dispositivos se articulam de forma não linear. Diferentemente das estruturas institucionais centralizadas e verticalizadas, o *living lab* se constitui como um arranjo distribuído, caracterizado por diversos fluxos informacionais, por múltiplos espaços de interação e por distintos graus de institucionalização das ações agroecológicas. Essa configuração reforça o caráter dinâmico, relacional e contingente do regime de informação que sustenta a construção do conhecimento agroecológico no ambiente universitário.

7.1 ATORES SOCIAIS E REDES DE INTERAÇÃO

Os atores sociais locais que atuam diretamente no regime de informação do *campus* da UFRJ incluem a comunidade acadêmica; os dezoito grupos de agroecologia da universidade, articulados por meio da Rede Agroecológica da UFRJ; e diferentes setores institucionais que desenvolvem projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão voltados para a agroecologia, como a Pró-Reitoria de Extensão, o Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES), o Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC), a Agência de Inovação e o Parque Tecnológico. Além desses atores institucionais, destaca-se a presença constante de agricultores familiares vinculados à Associação do Fojo de Guapimirim (RJ), que atuam semanalmente na Feira Agroecológica da UFRJ, no Projeto CASA e participam regularmente de palestras, cursos e vivências, promovendo trocas contínuas de conhecimento com a comunidade acadêmica. A presença desses agricultores familiares no *campus* é fundamental para a construção do conhecimento agroecológico, na medida em que possibilita a circulação articulada de conhecimentos tácitos e explícitos.

Os principais atores identificados nas ações agroecológicas da UFRJ organizam-se em grupos, projetos de extensão, núcleos de pesquisa, coletivos estudantis e parcerias com agricultores familiares. Esses atores atuam nos Espaços de Convivência e Experimentação Agroecológica, que funcionam simultaneamente, como locais de cultivo, aprendizagem, sociabilidade e produção de dados empíricos para a pesquisa. Nesses espaços, práticas

agrícolas, atividades formativas e processos investigativos se entrelaçam, configurando ambientes de experimentação e de construção coletiva do conhecimento.

Os ambientes informacionais do *living lab* não se limitam aos espaços físicos do *campus* universitário. Eles incluem, também, plataformas digitais, redes sociais, listas de mensagens, eventos, feiras agroecológicas, mutirões e encontros formativos. Conforme a concepção de González de Gómez (2003), esses diferentes ambientes operam como dispositivos informacionais ao articularem práticas discursivas, artefatos tecnológicos, valores compartilhados e relações de poder que orientam a produção e a circulação das informações.

A construção do conhecimento agroecológico ocorre, assim, de forma situada e relacional, por meio do diálogo entre distintas epistemologias, saberes e experiências. Esse processo corrobora a perspectiva de Leff (2018), segundo a qual o saber ambiental não resulta de uma simples evolução técnica do conhecimento científico, mas resulta de disputas simbólicas, políticas e culturais em torno dos sentidos atribuídos à natureza, à produção de alimentos e aos modos de vida. Os atores envolvidos no *living lab* agroecológico incluem estudantes de diferentes cursos, docentes, técnicos-administrativos, agricultores familiares, organizações da sociedade civil e usuários das feiras agroecológicas. Esses sujeitos participam de redes formais e informais, frequentemente sobrepostas, que sustentam a circulação do conhecimento agroecológico e a continuidade das ações no território do *campus* universitário.

O Quadro 4 sintetiza as categorias de atores identificados e suas respectivas funções no RI do *living lab*, permitindo articular, de forma integrada, os atores sociais, os ambientes informacionais, os dispositivos de regulação e os valores sociais que estruturam esse RI.

Quadro 4 - Atores sociais e funções no *living lab* agroecológico da UFRJ

Tipo de ator	Funções informacionais
Estudantes	Produção e circulação de conhecimento; experimentação; mediação com a comunidade
Docentes	Orientação científica; legitimação acadêmica; articulação institucional
Agricultores familiares	Compartilhamento de saberes tradicionais; experimentação prática
Técnicos-administrativos	Apoio logístico; mediação institucional
Sociedade civil / usuários	Apropriação do conhecimento; retroalimentação das práticas

Fonte: elaboração das autoras, com base na pesquisa de campo.

Os resultados indicam que a centralidade dos estudantes no fluxo informacional confere dinamismo ao *living lab*, mas também introduz fragilidades, especialmente

relacionadas à descontinuidade das ações quando ocorre a renovação dos membros, conforme já apontado por Hossain, Leminen e Westerlund (2019).

7.2 AMBIENTES INFORMACIONAIS E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

As ações informacionais desenvolvidas no *living lab* agroecológico da UFRJ são diversas, e articuladas. Elas abrangem atividades de ensino, como disciplinas formais, oficinas e cursos livres; de pesquisa, incluindo experimentos agroflorestais, estudos sobre sistemas alimentares e investigações voltadas à inovação social; e de extensão, materializadas em feiras agroecológicas, ações comunitárias e parcerias com agricultores familiares. Essa articulação entre ensino, pesquisa e extensão evidencia a superação, ainda que parcial, da fragmentação historicamente presente entre os três pilares da Universidade.

Sob a perspectiva do RI, essas ações favorecem a circulação de informação explícita e de conhecimento tácito. A informação explícita manifesta-se em relatórios, publicações acadêmicas, registros institucionais e conteúdos digitais, enquanto o conhecimento tácito é transmitido por meio da prática cotidiana, da observação, da experimentação conjunta e da convivência entre os atores envolvidos (Polanyi, 1966). A troca contínua entre sujeitos internos e externos ao *campus* fortalece processos de aprendizagem social, contribuindo para a consolidação de inovações e de tecnologias sociais ajustadas às especificidades locais.

A pesquisa evidenciou desafios estruturais no *living lab*, como a ausência de mecanismos institucionais permanentes para o registro, a sistematização e a preservação da memória informacional das ações desenvolvidas. Essa lacuna fragiliza a continuidade das iniciativas e compromete a transferência intergeracional do conhecimento, sobretudo, diante da elevada rotatividade de estudantes, característica do ambiente universitário.

Os ambientes informacionais do *living lab* extrapolam os espaços formais de ensino e aprendizagem. Incluem hortas, sistemas agroflorestais, feiras agroecológicas, restaurantes universitários, áreas de convivência e plataformas digitais, que operam como arenas de experimentação em vida real. Nesses ambientes, o conhecimento agroecológico é produzido, testado, validado e socializado de maneira situada, relacional e coletiva.

O Quadro 5 apresenta os ambientes informacionais identificados no *living lab*, além das práticas a eles associadas, permitindo compreender como esses espaços sustentam os fluxos informacionais e a construção do conhecimento agroecológico no *campus*.

Quadro 5 – Ambientes informacionais e práticas agroecológicas

Ambiente	Práticas desenvolvidas
Hortas e agroflorestas	Experimentação, aprendizagem prática, intercâmbio de saberes
Feiras agroecológicas	Mediação produtor–consumidor; educação alimentar
Projetos de extensão	Produção de conhecimento aplicado; inovação social
Redes sociais e mídias digitais	Disseminação de informações; mobilização e engajamento
Eventos e vivências	Socialização do conhecimento; construção coletiva

Fonte: elaborado pelas autoras.

Esses ambientes reforçam o caráter transversal e situado do conhecimento agroecológico, em consonância com a perspectiva de Leff (2018) e Haraway (1988), para quem o saber ambiental se constrói na interface entre ciência, cultura e território.

7.3 GOVERNANÇA, REGULAÇÃO E DESAFIOS INSTITUCIONAIS

Quanto aos dispositivos de regulação, o *living lab* opera sob uma tensão permanente entre práticas autogestionárias e normas institucionais próprias de uma universidade pública. Apesar de os grupos de agroecologia adotarem formas horizontais de organização e processos coletivos de tomada de decisão, o *living lab* é atravessado por regras administrativas, jurídicas e orçamentárias que nem sempre são compatíveis com a flexibilidade, a experimentação e a adaptação contínua exigidas por esse tipo de iniciativa (Silva, 2015).

A ausência de uma política institucional que reconheça o *campus* como um *living lab* agroecológico limita o acesso a recursos, fragiliza parcerias e dificulta a institucionalização das práticas. Ainda assim, há forte capital social sustentado pelo engajamento voluntário, por valores compartilhados e por identidades coletivas ligadas à agroecologia, justiça ambiental e soberania alimentar. Esses valores orientam a produção e a circulação da informação e reforçam o caráter contra-hegemônico do *living lab* frente ao agronegócio e aos regimes informacionais da agricultura industrial.

As ações informacionais observadas no *living lab* incluem oficinas, mutirões, registros audiovisuais, produção de conteúdos digitais, eventos formativos, bem como atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão. A ausência de uma política institucional de informação voltada ao *living lab*, resulta em práticas fragmentadas de registro, preservação e disseminação do conhecimento produzido, dificultando sua continuidade e reaplicação.

O Quadro 6 sintetiza os principais dispositivos informacionais identificados no *living lab* agroecológico da UFRJ, bem como suas limitações, permitindo compreender de forma sistemática os desafios regulatórios e informacionais enfrentados no contexto universitário.

Quadro 6 – Dispositivos informacionais e desafios identificados

Dispositivo	Potencialidades	Limitações
Redes sociais	Ampla disseminação; engajamento	Efemeridade; ausência de sistematização
Documentos institucionais	Legitimação formal	Baixa flexibilidade
Registros informais	Valorização do saber tácito	Perda de memória organizacional
Eventos presenciais	Troca direta de saberes	Alcance restrito

Fonte: elaborado pelas autoras.

Do ponto de vista da governança, observa-se uma tensão entre práticas de autogestão, fundamentais para o engajamento e o empoderamento dos participantes e as normas institucionais da universidade pública, que frequentemente impõem limites à flexibilidade e à continuidade das ações (Silva, 2015).

7.4 VALORES SOCIAIS, INOVAÇÃO SOCIAL E TECNOLOGIAS SOCIAIS

O RI que estrutura o *living lab* agroecológico da UFRJ é orientado por valores sociais como justiça socioambiental, cooperação, autonomia, solidariedade e cuidado com a vida. Esses valores atravessam as práticas informacionais desenvolvidas no âmbito do *living lab* e constituem a base normativa e ética que sustenta os processos de construção, circulação e apropriação do conhecimento agroecológico no *campus* universitário.

A presença desses valores favorece o surgimento de inovações e de tecnologias sociais associadas à agroecologia, ainda que tais processos ocorram de forma incipiente, fragmentada e pouco sistematizada institucionalmente. As inovações sociais, sobretudo, manifestam-se na reorganização das relações entre os envolvidos, na criação de arranjos colaborativos e na experimentação de formas alternativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, alinhadas a princípios de sustentabilidade e justiça social.

As tecnologias sociais desenvolvidas nesse contexto não se limitam a artefatos técnicos ou soluções instrumentais; incluem também metodologias participativas, práticas agroecológicas adaptadas ao território, estratégias de gestão coletiva e dispositivos de

mediação do conhecimento. Produzidas a partir do diálogo entre saberes científicos e saberes locais, essas tecnologias reforçam a dimensão situada e relacional do conhecimento agroecológico, ampliando sua capacidade de responder a desafios socioambientais concretos.

No âmbito do RI, os valores sociais orientam tanto o conteúdo das informações produzidas, quanto as formas de sua circulação e apropriação. A valorização da cooperação e da autonomia, por exemplo, incentiva práticas horizontais de compartilhamento de informações. Por outro lado, o compromisso com a justiça socioambiental e o cuidado com a vida confere sentido político às ações informacionais no *living lab*. Assim, os valores sociais atuam como elementos estruturantes do regime de informação, condicionando os processos de inovação social e a aplicação e a disseminação das tecnologias sociais.

O Quadro 7 relaciona os principais valores sociais identificados, as práticas informacionais a eles associadas e os resultados observados no *living lab* agroecológico da UFRJ, permitindo visualizar de forma integrada como esses valores se materializam em ações concretas e contribuem para a consolidação do regime de informação analisado.

Quadro 7 – Valores sociais, práticas e resultados

Valores	Práticas associadas	Resultados
Justiça socioambiental	Agroecologia; feiras	Acesso a alimentos saudáveis
Cooperação	Autogestão; mutirões	Fortalecimento de redes
Autonomia	Cocriação; experimentação	Empoderamento dos atores
Educação crítica	Vivências; extensão	Formação socioambiental

Fonte: elaborado pelas autoras.

Esses achados corroboram a compreensão da agroecologia como projeto político e epistemológico de resistência ao modelo hegemônico do agronegócio, conforme discutido por Altieri (2012) e Guzman Casado; González de Molina; Sevilla Guzman (2000).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do *Living Lab* Agroecológico da UFRJ, orientada pela abordagem do regime de informação, evidencia que esse tipo de iniciativa constitui um espaço estratégico para a produção de conhecimento interdisciplinar, para o desenvolvimento de inovações sociais, e para a afirmação de formas de resistência epistemológica diante da crise climática e socioambiental contemporânea. Mais do que um experimento periférico, o *living lab*

configura-se como um ecossistema informacional complexo no qual a construção do conhecimento emerge da interação contínua entre diversos atores, saberes científicos e tradicionais, práticas sociotécnicas e valores socioambientais compartilhados.

Os resultados indicam que a dinâmica do *living lab* desafia os modelos tradicionais de produção científica, ainda marcados pela fragmentação disciplinar, pela hierarquização dos saberes e pela lógica linear de transferência de conhecimento. Ao integrar ensino, pesquisa e extensão em ambientes de experimentação real, o *living lab* evidencia a necessidade de repensar o papel das universidades públicas na transição para sistemas agroalimentares mais justos, sustentáveis e enraizados socialmente.

Entre os desafios identificados, destacam-se a fragilidade de sua institucionalização; a dependência do engajamento voluntário de estudantes e docentes; a ausência de políticas informacionais estruturadas; e as tensões entre práticas autogestionárias e dispositivos formais de governança universitária. Somam-se a esses desafios a descontinuidade das ações decorrente da rotatividade estudantil, que compromete a preservação da memória informacional e a consolidação de processos de longo prazo.

Nesse contexto, a mitigação da perda da memória organizacional exige práticas internas dos coletivos e mecanismos formais de governança institucional. Entre eles, destacam-se: a criação de estruturas permanentes de coordenação dos *living labs*; a institucionalização de políticas de gestão da informação que assegurem o registro e a circulação de processos e decisões; a adoção de instrumentos normativos que garantam continuidade, independentemente da renovação das equipes; e a previsão de bolsas, estágios ou funções acadêmicas que favoreçam a permanência de estudantes em atividades de longa duração. Esses mecanismos podem fortalecer a memória organizacional, reduzir a descontinuidade das iniciativas e consolidar o *living lab* como um espaço estável de inovação social.

Apesar dos desafios, o *Living Lab* Agroecológico da UFRJ demonstra elevado potencial para integrar ensino, pesquisa e extensão, promover a inovação social e fortalecer a agroecologia como ciência, prática e movimento social. A diversidade de participantes, a multiplicidade de ambientes informacionais e o compartilhamento de valores como justiça socioambiental, cooperação, autonomia e cuidado com a vida constituem importantes potencialidades para a sua consolidação como estratégia de transformação sociotécnica no âmbito da universidade pública.

A abordagem do regime de informação mostrou-se fecunda para compreender a complexidade dos fluxos informacionais, das relações de poder e dos processos de legitimação do conhecimento agroecológico. Ao evidenciar que os regimes informacionais são atravessados por disputas políticas, epistemológicas e institucionais, essa abordagem permite compreender o *living lab* como um regime informacional alternativo que tensiona as racionalidades produtivistas e tecnocráticas, ainda predominantes no ambiente universitário.

Conclui-se que o fortalecimento de *living labs* agroecológicos requer investimentos materiais, mas, sobretudo, reconhecimento institucional como espaços legítimos de produção de conhecimento, capazes de articular ensino, pesquisa e extensão diante dos desafios da crise climática, da segurança alimentar, da saúde coletiva e da justiça socioambiental.

FINANCIAMENTO

Trabalho realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ARCIPOWSKA, Aleksandra *et al.* 5 questions about agricultural emissions, answered. **World Resources Institute**, Washington, DC, 29 July 2025. Disponível em: <https://www.wri.org/insights/5-questions-about-agricultural-emissions-answered>. Acesso em: 13 dez. 2025.

BERGVALL-KÅREBORN, Birgitta; STÅHLBRÖST, Anna. Living Lab: an open and citizen-centric approach for innovation. **International Journal of Innovation and Regional Development**, v. 1, n. 4, p. 356–370, Jan. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1504/IJIRD.2009.022727>. Disponível em: <https://www.inderscienceonline.com/doi/abs/10.1504/IJIRD.2009.022727>. Acesso em: 28 nov. 2025.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. In: BRAMAN, Sandra (ed.). **The emergent global information policy regime**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-38.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CAJAIBA-SANTANA, Giovany. Social innovation: moving the field forward - a conceptual framework. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 82, p. 42–51, Feb. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2013.05.008>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0040162513001236?via%3Dihub>. Acesso em: 18 nov. 2025.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: MDA/SAF, 2009. Disponível em: http://www.cpatia.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2442.pdf. Acesso em: 28 nov. 2025.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000. Disponível em: https://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/agroecologia_e_desenvolvimento.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n.2, p. 13-16, abr./jun. 2002a. Disponível em: https://www.agraer.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Enfoque_Cientifico_e_Estrategico_ADRS.pdf. Acesso em: 19 out. 2025.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Extensão rural e agroecologia**: bases para a construção de estilos de agricultura sustentáveis. Porto Alegre: EMATER/RS, 2002b.

COTRIM, Décio Souza. **O estudo da participação na interface dos atores na arena de construção do conhecimento agroecológico**. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Cultural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79129>. Acesso em: 18 nov. 2025.

EUROPEAN COMMISSION. **This is European Social Innovation**. Brussels: European Commission, 2010. Disponível em: <https://ec.europa.eu/docsroom/documents/19042>. Acesso em: 28 nov. 2025.

EUROPEAN NETWORK OF LIVING LABS. **Introducing ENoLL and its Living Lab Community**. Brussels: ENoLL, 2024. Disponível em: <https://enoll.org/wp-content/uploads/2024/06/introducing-enoll-and-its-living-lab-community.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2026.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The State of Food and Agriculture 2023**: Revealing the true cost of food to transform agrifood systems. Rome: FAO, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4060/cc7724en>. Disponível em:

<https://openknowledge.fao.org/items/1516eb79-8b43-400e-b3cb-130fd70853b0>. Acesso em: 3 maio 2026.

FRANZONI, Gabriel Borela; SILVA, Tania Nunes da. Inovação Social e Tecnologia Social: O Caso da Cadeia Curta de Agricultores Familiares e a Alimentação Escolar em Porto Alegre/RS.

Revista Desenvolvimento em Questão, v. 14, n. 37, edição especial, p. 353-386, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2016.37.353-386>. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/4341/5101>. Acesso em: 19 jan. 2026.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor-network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE (CAIS), 23., 1995, Edmonton, Alberta. **Anais [...]**. Edmonton; Alberta: CAIS, 1995. Disponível em:

<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.521.6657&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 21 nov. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GLIESSMAN, Stephen Richard. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60–76, jan./abr. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652003000100007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/KQV7G77RcxK7F6cCH96pVDb/?lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 1, p. 137-158, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/44357>. Acesso em 16 nov. 2025.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito.

Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 13 jul. 2025.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; CHICANEL, Maria. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2008. p. 1-14. GT-5 - Política e Economia da Informação. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/180489>. Acesso em: 13 jan. 2016.

GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel; GUZMÁN, Gloria I. Sobre los Orígenes Andaluces de la Agroecología en España y su Contribución a la Formación del Pensamiento Agroecológico.

Agroecología, v. 11, n. 2, p. 105-116, 2016. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/10201/58283>. Acesso em: 16 nov. 2025.

GUZMAN CASADO, Gloria I.; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel; SEVILLA GUZMAN, Eduardo. (coord.). **Introducción a la agroecología como desarrollo sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575–599, Autumn 1988. DOI:
<https://doi.org/10.2307/3178066>. Disponível em:
<https://www.jstor.org/stable/3178066?origin=crossref>. Acesso em: 18 jan. 2026.

HECHT, Susanna B. The Evolution of Agroecological Thought. In: ALTIERI, Miguel A. (ed.). **Agroecology: the science of sustainable agriculture**. 2. ed. Boulder: Westview Press, 1998. p. 1–19.

HOSSAIN, Mokter; LEMINEN, Seppo; WESTERLUND, Mika. A systematic review of living lab literature. **Journal of Cleaner Production**, v. 213, p. 976–988, Mar. 2019. DOI:
<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.12.257>. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652618339830?via%3Dihub>. Acesso em: 12 fev. 2026.

ISSBERNER, Liz-Rejane; LÉNA, Philippe. Violência epistêmica e socioambiental: como a colonialidade sustenta o extrativismo. **Campos Neutrais** - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 12–34, jan./abr. 2026. DOI:
<https://doi.org/10.63595/rcn.v8i1.20198>. Disponível em:
<https://periodicos.furg.br/cn/article/view/20198>. Acesso em: 12 fev. 2026.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFF, Enrique. As universidades e a formação ambiental na América Latina. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 47, Edição Especial, p. 311–335, out. 2018. DOI:
<https://doi.org/10.5380/dma.v47i0.62454>. Disponível em:
<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/62454>. Acesso em: 23 out. 2025.

LEMINEN, Seppo. **Living labs as Open Innovation networks - Networks, Roles and Innovation Outcomes**. Helsinki: School of Science, 2015. (Aalto University publication series DOCTORAL DISSERTATIONS 132/2015). Disponível em: <http://urn.fi/URN:ISBN:978-952-60-6375-1>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 22. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MOULAERT, Frank *et al.* (org.). **The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2013.

NORDER, Luiz Fernando *et al.* Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias.

Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 1–20, jul./set. 2016. DOI:

<https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC129711V1932016>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/GT6NdZtCChxBmQTXccc8H6y/?lang=en>. Acesso em: 23 fev. 2026.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia e a construção de territórios sustentáveis. *In*: PETERSEN,

Paulo; ALMEIDA, Sérgio G. (org.). **Agroecologia: práticas, territórios e políticas públicas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2020. p. 15–34.

POLANYI, Michael. **The Tacit Dimension**. Garden City: Doubleday & Company, 1966.

SCHNEIDER, Sergio; SCHUBERT, Maycon Noremberg; ESCHER, Fabiano. Regimes

agroalimentares e o lugar da agricultura familiar: uma apresentação ao debate. **Revista**

Mundi Meio Ambiente e Agrárias, Curitiba, v. 1, n. 1, 3, p. 1-20, jan./jun., 2016. DOI:

<https://doi.org/10.21575/25254790rmmaa2016vol1n1134>. Disponível em:

<https://revistas.ifpr.edu.br/index.php/mundimaa/article/view/594>. Acesso em: 23 fev. 2026.

SILVA, Silvio Bitencourt. **Orquestração de Redes de inovação em Living labs brasileiros para o desenvolvimento de inovações sociais**. 2015. 2010f. Tese (Doutorado em Administração) -

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2015. Disponível em:

<https://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4838?show=full>. Acesso em: 18 out. 2022.

SOUSA, Iara Fonseca. A construção do conhecimento agroecológico na extensão rural:

potencialidades e desafios. **Revista Ciência & Tecnologia Social**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 17-35,

dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cts/article/view/7745>. Acesso em: 11 out. 2026.

TRENCHER, Gregory *et al.* University partnerships for co-designing and co-producing urban sustainability. **Global Environmental Change**, v. 28, p. 153–165, Sep. 2014. DOI:

<https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2014.06.009>. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959378014001149?via%3Dihub>. Acesso em: 17 out. 2025.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Emissions Gap Report 2025: Off Target -**

Continued collective inaction puts global temperature goal at risk. Nairobi: UNEP, 2025.

Disponível em: <https://www.unep.org/resources/emissions-gap-report-2025>. Acesso em: 13 dez. 2025.

VALLEJO, Liliana Glanzmann. **Sistemas agroecológicos: regime de informação de um campus universitário como um living lab**. 2022. 216 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) -

Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em:

<https://ridi.ibict.br/items/e4ab97bd-8a30-41c9-b0ee-9f475195ad2c>. Acesso em: 19 out. 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Declaração de Contribuição dos Autores

Liliana Glanzmann Vallejo – Conceptualização – Curadoria dos Dados – Análise Formal – Investigação – Metodologia – Administração do Projeto – Recursos – Supervisão – Validação – Visualização – Escrita (rascunho original) – Escrita (análise e edição).

Liz-Rejane Issberner – Conceptualização – Análise Formal – Investigação – Metodologia – Administração do Projeto – Recursos – Supervisão – Validação – Visualização – Escrita (rascunho original) – Escrita (análise e edição).

Como citar o artigo

VALLEJO, Liliana Glanzmann; ISSBERNER, Liz-Rejane. Regime de informação em *living labs* agroecológicos universitários. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, RN, v. 10, p. e43117, 2026. DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2026v10n1ID43117>.

Editora de seção

Dra. Nancy Sánchez Tarragó  